



## AGENDA DA SEMANA

## INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

### Ata do Copom pode confirmar percepção de fim do ciclo de alta da Selic. Semana ainda traz dados de atividade do Brasil e dos EUA.

**Na terça-feira (13), será divulgada a Ata da última reunião do Copom, que pode confirmar a percepção da maioria do mercado de que o BCB encerrou o ciclo de alta dos juros.** Como esperado, o Comitê elevou a taxa Selic em 0,5 pp, para 14,75% aa, diante de um cenário ainda caracterizado por “expectativas desancoradas, projeções de inflação elevadas, resiliência da atividade econômica e pressões no mercado de trabalho”. Contudo, o comunicado indicou que o “cenário prescreve uma política monetária em patamar significativamente contracionista por período prolongado” e que o ciclo já avançado de ajuste requer cautela adicional e flexibilidade na atuação da política monetária. Tais passagens foram interpretadas com uma intenção do Copom de, a menos que surjam novas notícias negativas, manter os juros estáveis a partir da próxima reunião. Neste sentido, a Ata pode ajustar o comunicado do Copom e indicar de forma mais explícita que ainda pode (ou não) fazer um ajuste final da Selic.

**Na agenda de indicadores, o IBGE divulga os números de março do setor de serviços e do varejo, que devem confirmar a tendência de desaceleração do consumo das famílias neste início de ano.** O resultado dos serviços será conhecido na quarta (14), enquanto o dado do varejo sairá na quinta (15). Para o setor de serviços, o consenso do mercado projeta ligeira alta de 0,4% no mês, mas ainda assim, resultando numa retração de 0,3% do setor no 1º trimestre. No caso do varejo, a expectativa é de alta de 2,0% no mês, mantendo o setor ainda campo positivo no trimestre (+1,4%). O ambiente de inflação e juros elevados tem pesado sobre a capacidade de consumo das famílias, que começa a dar sinais de moderação.

**No campo da inflação, a FGV divulga na sexta (16) o índice IGP-10 de maio, que deve seguir pressionado pelos preços dos itens agropecuários no atacado.** A expectativa é de uma alta de 0,19% do índice no mês, voltando ao terreno positivo após a deflação de março (-0,22%). O resultado deve mostrar que os preços dos alimentos devem seguir como um vetor inflacionário relevante no curto prazo para as famílias. Em 12 meses, o IGP-10 deve acumular alta de 7,77% (ante 8,71% em abril).

**A semana também encerra a divulgação dos resultados do 1T25 dos principais bancos de capital aberto do país.** Hoje (12), após o fechamento do mercado, o BB divulga os seus números, com expectativa de lucro líquido de R\$ 9,1 bi no período, uma ligeira queda de 5,4% no trimestre. Hoje pela manhã, o BTG (R\$ 3,4 bi) e o Inter (R\$ 287 mi) já divulgaram seus números, que vieram relativamente dentro do esperado. Na terça (13), o Nubank divulga seus números, enquanto o Banrisul e o BMG divulgam seus balanços na quarta (14). No geral, as IFs devem mostrar ligeira queda do lucro na margem, afetado pelo aumento das provisões (PDD), refletindo, em parte, as mudanças trazidas pela Resolução 4.966.

**No cenário internacional, as atenções se voltam para os dados de atividade de abril dos EUA, em meio às preocupações com a possibilidade de uma recessão no país, após um primeiro trimestre decepcionante.** Na quinta (15), serão divulgadas as vendas no varejo e a produção industrial do mês. No caso do varejo, o consenso aponta praticamente para estabilidade no mês (+0,1%), sugerindo um começo de trimestre fraco, diante da imposição das tarifas comerciais (especialmente sobre produtos chineses) válidas desde o início do mês. A expectativa para a indústria também é de uma modesta alta de 0,1% no período. A semana também traz a prévia de maio da confiança do consumidor (Univ. Michigan), que mostrou uma queda acentuada desde o início do ano, além de dados do setor imobiliário.

**Ainda nos EUA, também serão conhecidos os números de inflação de abril, que podem começar a mostrar os efeitos das tarifas sobre os preços.** A expectativa do mercado é de que o índice de preços ao consumidor (CPI) suba 0,3% no mês, o suficiente para permanecer estável em 2,4% nos últimos 12 meses. O núcleo do CPI também deve permanecer estável na métrica anual, mas em nível mais elevado (+2,8%), reforçando a persistência da inflação no país, fato que tem mantido o Fed cauteloso em retomar o ciclo de queda dos juros, apesar da sensível piora em relação às perspectivas para a economia do país. Além dos números do CPI, que serão divulgados nesta terça (13), na quinta (15) será divulgado o índice de preços ao produtor (PPI).



## INDICADORES DA SEMANA

### NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
13/mai	Ata do Copom	-	-	-
14/mai	IBGE: Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)	Mar/25	0,4% m/m 1,9% a/a	0,8% m/m 4,2% a/a
15/mai	IBGE: Pesquisa Mensal de Comércio (PMC)	Mar/25	2,0% m/m -1,1% a/a	-0,4% m/m 2,4% a/a
16/mai	FGV: IGP-10	Mai/25	0,19% m/m 7,77% a/a	-0,22% m/m 8,71% a/a

Fonte: Bloomberg.

### Calendário de Divulgação e Estimativa de Lucro dos Bancos com Capital Aberto para o 1T25

Banco	Data	Estimativa de Lucro Líquido no 1T25 Em R\$ mi	Var. % Trimestral	Var. % Anual
Banco do Brasil	12/mai	9.059,4	-5,4%	-2,6%
Inter	12/mai	299,1	1,4%	53,2%
BTG Pactual	12/mai	3.350,6	7,3%	20,8%
Nubank	13/mai	-	-	-
Banrisul	14/mai	258,5	-9,0%	37,8%
BMG	14/mai	117,0	-6,4%	24,5%
XP	Sem data	1.177,8	-2,7%	14,4%

Fonte: Áreas de RI dos bancos e Bloomberg

### INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
13/mai	EUA	Inflação ao Consumidor (CPI)	Abr/25	0,3% m/m 2,4% a/a	-0,1% m/m 2,4% a/a
15/mai	Zona do Euro	PIB	1º tri/25 – 2ª leitura	0,4% t/t-1	0,2% t/t-1
15/mai	Zona do Euro	Produção Industrial	Mar/25	1,8% m/m	1,1% m/m
15/mai	EUA	Inflação ao Produtor (PPI)	Abr/25	0,2% m/m 2,5% a/a	-0,4% m/m 2,7% a/a
15/mai	EUA	Vendas no varejo	Abr/25	0,1% m/m	1,4% m/m
15/mai	EUA	Produção Industrial	Abr/25	0,1% m/m	-0,3% m/m
16/mai	EUA	Construção de casas novas	Abr/25	3,1% m/m	-11,4% m/m
16/mai	EUA	Alvarás para novas construções	Abr/25	-1,2% m/m	0,5% m/m
16/mai	EUA	Confiança do Consumidor (Univ. Michigan)	Mai/25 – prévia	53,1 pts	52,2 pts

Fonte: Bloomberg.

## ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

### Copom eleva taxa Selic para 14,75% aa e traz sinais de fim do ciclo de aperto monetário

O Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) elevou a taxa Selic em 0,50 pp, para 14,75% ao ano, maior patamar desde julho de 2006. O movimento era amplamente esperado pelo mercado, confirmando a desaceleração prevista no ritmo de aperto, após 3 altas seguidas de 1,0 pp. A dúvida era se haveria ou não alguma sinalização sobre uma possível nova alta na próxima reunião (17 e 18 de junho), que acabou ficando em aberto, com o Comitê destacando que o cenário demanda cautela adicional e flexibilidade para incorporar os dados que impactam a dinâmica da inflação.

A decisão reflete, em boa parte, a forte piora do ambiente externo, decorrente da política comercial dos EUA, que tem elevado de forma substancial a incerteza sobre o comportamento da economia global. No cenário doméstico, o Comitê destacou que os indicadores de atividade e do mercado de trabalho ainda têm apresentado dinamismo, mas com incipiente moderação. Quanto à inflação e suas medidas subjacentes, reforçou que seguem acima da meta.

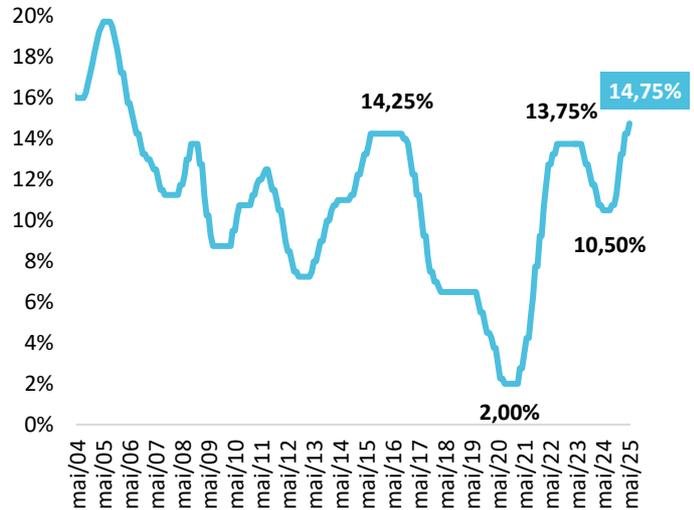
As projeções de inflação mostraram ligeiro recuo. No cenário de referência, a projeção deste ano passou de 5,1% para 4,8%, enquanto para o horizonte relevante (fechamento de 2026), passou de 3,7% para 3,6%. A melhora foi influenciada pela apreciação do real, com o câmbio médio passando para R\$/US\$ 5,70 (ante R\$/US\$ 5,80), além da queda do preço do barril de petróleo, que reduziu principalmente a inflação projetada dos bens administrados.

O BC também alterou seu balanço de risco para a inflação, agora não mais indicando uma assimetria altista, mas sim, pontuando que tanto os riscos de alta quanto de baixa estão mais elevados do que o usual. Adicionalmente, reformulou os riscos de baixa, trazendo dois novos fatores: uma desaceleração global mais pronunciada decorrente do choque de comércio e de um cenário de maior incerteza; e, uma redução nos preços das *commodities* com efeitos desinflacionários.

O Comitê concluiu destacando que o cenário “prescreve uma política monetária em patamar significativamente contracionista por período prolongado”. Na reunião passada, o termo utilizado era uma política monetária mais contracionista. Ou seja, sugerindo que o juro já está em nível bastante elevado, provavelmente não precisando de novos ajustes, mas indicando que precisará permanecer elevado por um longo período para levar a inflação de volta à meta.

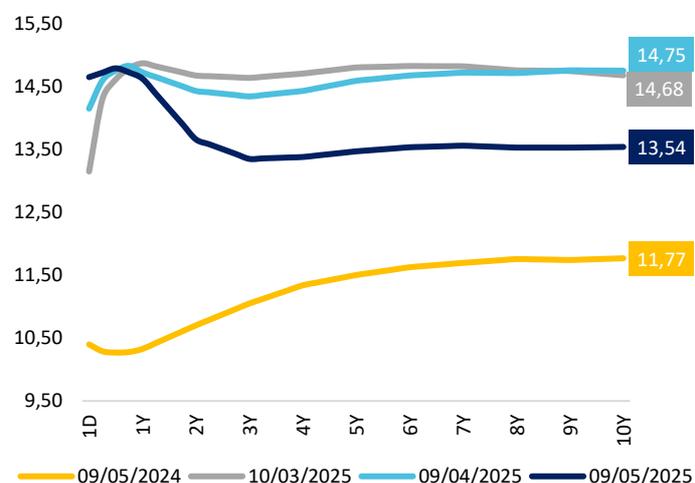
## INDICADORES ECONÔMICOS

Quadro 1: Taxa Selic – em % aa



Fonte: BCB

Quadro 2: Curva de Juros Futuros - % aa



Fonte: Bloomberg

Em resumo, a probabilidade maior é que os juros se mantenham no nível atual por um período prolongado. A decisão parece adequada, diante do nível já bastante elevado dos juros e da incerteza no cenário. Contudo, caso o cenário inflacionário siga em deterioração até a próxima reunião, é possível que o Copom opte por uma alta residual (de 0,25 pp, para 15% aa) para finalmente encerrar o ciclo. De toda forma, o que parece certo é a necessidade de manutenção dos juros em elevado patamar por algum tempo, para ajudar na ancoragem das expectativas e esfriar a demanda doméstica. Um aperto da política fiscal poderia facilitar o trabalho do Banco Central, embora não esteja no radar.

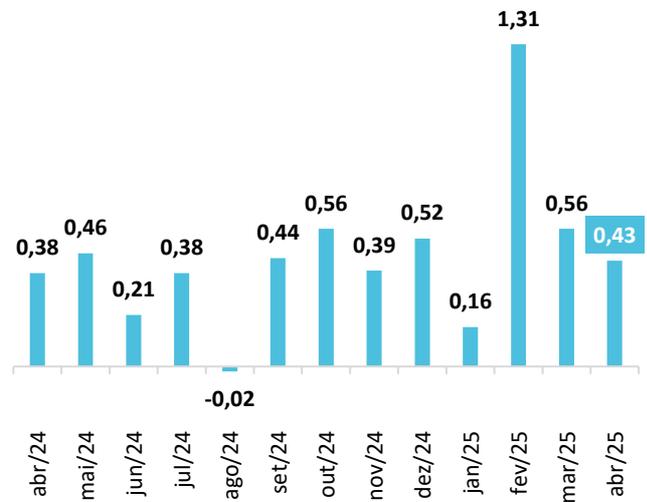
**A inflação subiu 0,43% em abril, segundo o IPCA, em linha com o esperado. Apesar da alta menor do que a observada em março (+0,56%), o indicador seguiu em aceleração no acumulado em 12 meses, mantendo um quadro bastante desconfortável.** Em 12 meses, o indicador acelerou de 5,48% para 5,53%, atingindo o maior patamar desde fevereiro de 2023.

A alta no mês foi impulsionada pelos preços dos alimentos e dos medicamentos. Os alimentos no domicílio subiram 0,83% em abril, mostrando alguma acomodação após a intensa alta de março (1,31%), com descompressão em itens *in natura*, como hortaliças, verduras e frutas, além da nova queda dos preços dos cereais, mas ainda pressionado pelos preços dos tubérculos e do leite. Sozinho, o grupo foi responsável por 31% da inflação do mês, se mantendo com alta acumulada em 12 meses próxima a 8%. Os alimentos consumidos fora do domicílio subiram 0,80% (ante 0,77%), mantendo-se naturalmente pressionados pelos maiores preços dos alimentos, assim como do custo da mão de obra. Outra alta importante veio dos produtos farmacêuticos (+2,32%), diante da autorização do reajuste de até 5,06% no preços dos medicamentos (média de 3,83%) no mês.

Na outra ponta, o grupo transportes recuou 0,38% em abril, único a registrar variação negativa no mês. Os combustíveis recuaram 0,45%, influenciados pela redução do preço do diesel nas refinarias e avanço da safra da cana-de-açúcar (etanol), enquanto as passagens aéreas recuaram 14,15%, exercendo o maior impacto negativo do mês.

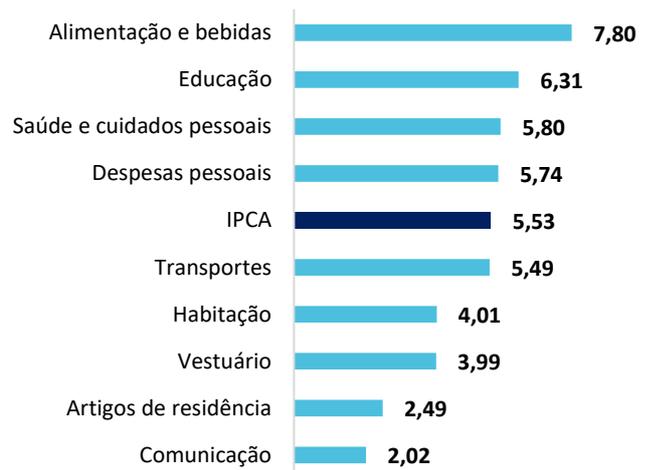
Além disso, as métricas qualitativas seguiram em deterioração. A média dos cinco núcleos acompanhados mais de perto pelo BCB acelerou pelo 8º mês seguido, de 5,01% para 5,26% em 12 meses, maior patamar desde julho de 2023. Adicionalmente, a inflação dos serviços subjacentes, mais sensível ao ciclo econômico, acelerou para 6,74% (ante 6,43%), se mantendo como um dos principais pontos de preocupação, enquanto a inflação dos itens industriais subiu para 4,09% (ante 3,67%).

**Quadro 3: IPCA – Var. % mensal**



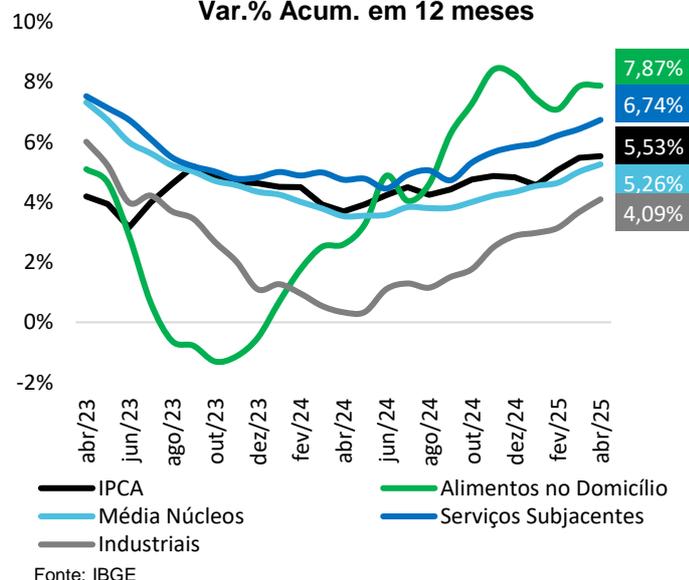
Fonte: IBGE

**Quadro 4: IPCA – Por Grupos Var. % 12 meses**



Fonte: IBGE

**Quadro 5: IPCA e Aberturas – Var.% Acum. em 12 meses**



Fonte: IBGE

Assim, tanto a inflação quanto seus núcleos permanecem em níveis elevados e ainda em trajetória de aceleração. Como alento, os recentes desdobramentos da guerra comercial têm favorecido a valorização do câmbio e a queda na cotação de importantes *commodities*, o que sugere alguma acomodação da inflação à frente, ainda que em alto nível. Neste sentido, a divulgação reforça a percepção de que o Copom terá que manter os juros em alto patamar por algum período para conseguir controlar a dinâmica inflacionária.

**Em relação à atividade, a produção industrial surpreendeu ao subir 1,2% em março, bem acima do esperado pelo mercado (+0,3%). O resultado, no entanto, vem após uma sequência de 5 meses em queda ou estabilidade, não indicando necessariamente uma tendência de retomada.**

No mês, o bom desempenho da indústria foi relativamente disseminado, com alta em 3 das 4 grandes categorias e em 16 das 25 atividades. Tanto o segmento extrativo quanto o de transformação cresceram, 2,8% e 0,9%, respectivamente. Entre as grandes categorias, o destaque foi a alta de 3,8% dos bens duráveis. Entre as atividades, destacaram-se a fabricação de derivados do petróleo (+3,4%), veículos (+4,0%) e produtos farmacêuticos (+13,7%).

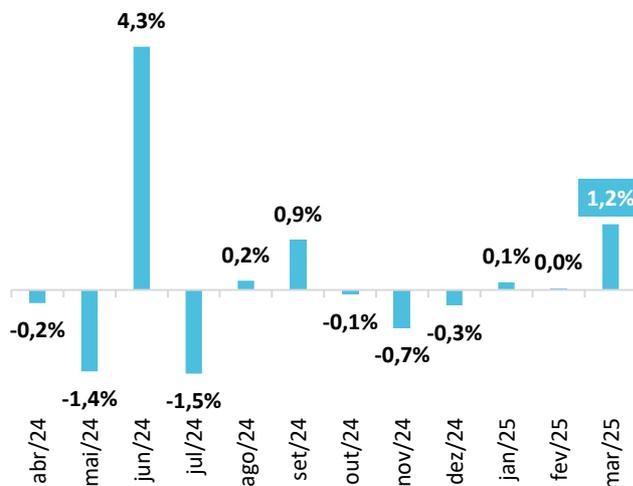
Apesar da surpresa positiva em março, devido aos fracos números passados, a indústria fechou o 1º trimestre com crescimento de apenas 0,1%, após ficar estável no 4T24. Além disso, a alta foi concentrada na indústria extrativa (+1,0%), enquanto a indústria de transformação, mais sensível à demanda doméstica, caiu 0,1% no período, reforçando os sinais de perda de tração do setor.

No geral, o resultado positivo parece mais pontual do que indicativo de uma tendência de retomada. Pelo contrário, o dado consolidado do trimestre reforça a leitura de desaceleração da demanda doméstica no início do ano, em função da inflação e dos juros elevados, que reduzem o poder de compra das famílias e encarecem o crédito, além do aumento substancial das incertezas no cenário internacional, que impactam as decisões de investimento. Adicionalmente, sob a ótica da oferta, o bom crescimento esperado para o PIB do 1T25 deve ser concentrado na agropecuária e na indústria extrativa.

**Sobre o setor externo, a balança comercial registrou superávit de US\$ 8,2 bilhões em abril, pouco abaixo do observado em abr/24 (US\$ 8,4 bi).** A pequena queda do saldo no período refletiu a leve alta das importações (+1,6%) e estabilidade das exportações (+0,3%).

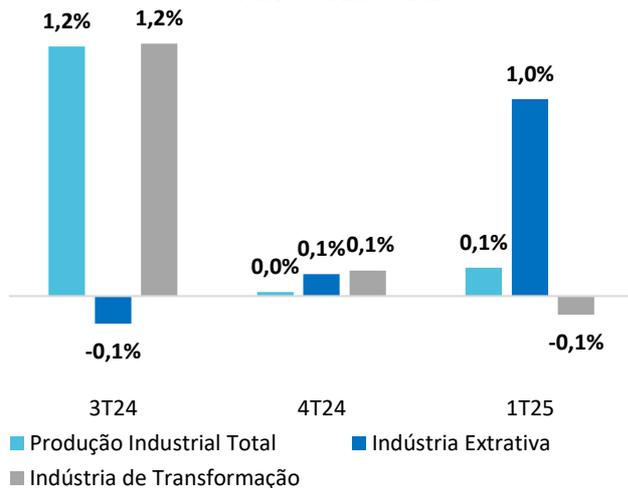
Foi observada uma forte alta das vendas de carne bovina (+29,1%) no mês, compensada pela queda das exportações de duas *commodities* importantes: minério de ferro (-14,3%) e soja (-6,1%).

**Quadro 6: Produção Industrial – Var. % mensal**



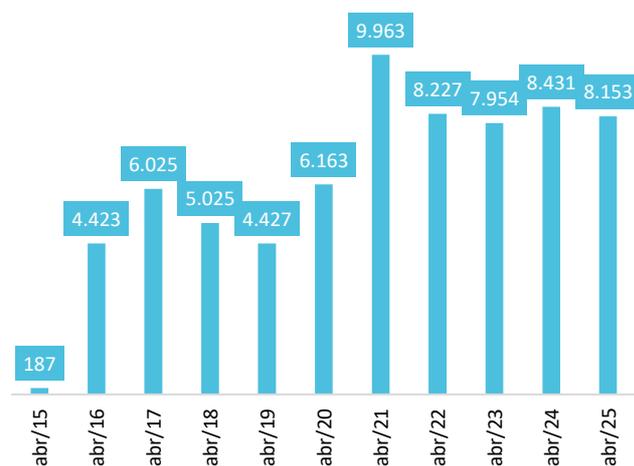
Fonte: IBGE

**Quadro 7: Produção Industrial – Por Tipo de Indústria Var. % trimestral**



Fonte: IBGE

**Quadro 8: Balança Comercial – Saldo Comercial em Meses de Abril (Em US\$ mi)**



Fonte: Secex/Mdic.

No caso da soja, indicando um escoamento ainda tímido da atual safra, apesar das projeções de uma safra recorde no ano. Já a alta das importações foi disseminada, com destaque para a aquisição de bens de capital (+7,6%) e intermediários (+4,9%), em produtos como adubos e fertilizantes (+36,2%) e motores e máquinas (+25,9%).

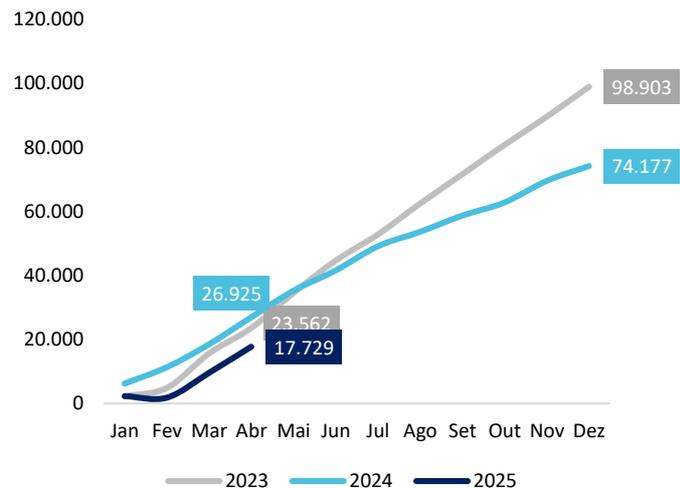
No acumulado do ano, a balança comercial atingiu um superávit de US\$ 17,7 bi, 34,2% abaixo do observado no mesmo período de 2024 (US\$ 26,9 bi). As importações (+10,4%) seguiram mostrando bom dinamismo, enquanto as exportações continuam relativamente estáveis (-0,7%). No acumulado em 12 meses, o saldo atingiu US\$ 65,3 bi, pouco acima da mínima recente (US\$ 64,7 bi, em fevereiro). Em suma, as exportações seguem sem grande ímpeto, diante da demora no escoamento da safra agrícola deste ano. Ao longo do ano, a tendência é de algum aumento do superávit comercial, contribuindo para melhorar a situação das contas externas do país. Além disso, também será importante entender os impactos da guerra comercial travada por Donald Trump para o Brasil.

**Quadro 9: Balança Comercial – Saldo acumulado em 12 meses - Em US\$ mi**



Fonte: Secex/Mdic.

**Quadro 10: Balança Comercial – Saldo acumulado no ano - Em US\$ mi**



Fonte: Secex/Mdic.

## Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

### Cautela do Fed freia entusiasmo do mercado com sinais de avanço no front comercial

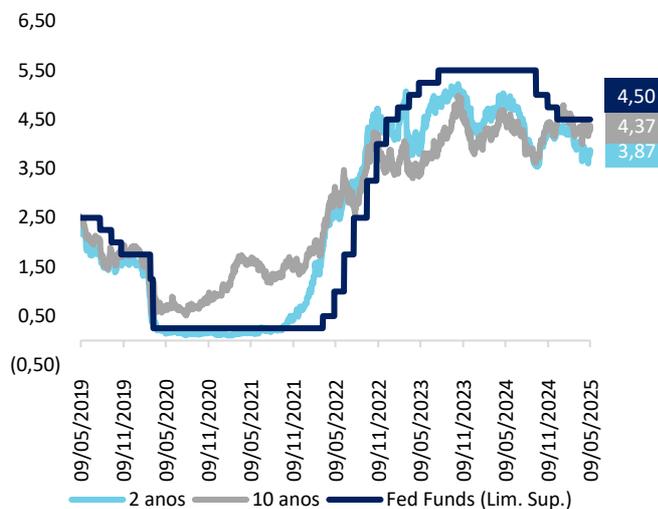
A semana foi marcada por avanços nas negociações bilaterais comerciais dos EUA com parceiros importantes, num sinal de uma possível inflexão na até então confusa política comercial do país. Trump anunciou um acordo com o Reino Unido, cujos detalhes devem ser divulgados nas próximas semanas. Em relação à China, os países iniciaram conversas na Suíça neste último fim de semana e chegaram a um acordo para reduzir as tarifas por 90 dias, para avançar com as negociações neste período.

De toda forma, o sentimento de incerteza seguiu dominando os agentes, tendo sido a tônica do discurso do Fed no encontro realizado na última semana. Como esperado, os juros foram mantidos inalterados no intervalo entre 4,25% e 4,50% aa, de forma unânime. O comunicado minimizou a recente queda do PIB do 1º trimestre do ano no país, indicando que refletiu componentes mais voláteis, especialmente as importações. Em entrevista coletiva, Jerome Powell, presidente do Fed, disse que o Colegiado não têm pressa para voltar a flexibilizar a política monetária, destacando que a elevação das tarifas de importação provavelmente trará um cenário de inflação e desemprego mais altos, além de desaceleração econômica. Com isso, Powell reforçou que o Fed está bem posicionado para esperar o desenrolar dos eventos e aguardar novos dados para ter uma visão mais clara do efeito das tarifas sobre a economia dos EUA. Até o momento, o mercado, em sua maioria, aguarda três cortes de 0,25 pp até o fim do ano, com retomada a partir da reunião de julho.

Na China, os dados do setor externo de abril surpreenderam positivamente. As exportações subiram 8,1% ante abr/24, acima do esperado (+4,5%), mas ainda assim desacelerando após o dado de março. As importações ficaram praticamente estáveis (-0,2%), também acima das expectativas (-5,9%). Mesmo assim, há um aumento do temor de uma desaceleração mais acentuada da economia chinesa neste 2º trimestre. Diante deste cenário, o banco central chinês (PBoC) cortou a taxa de juros de recompra reversa em 0,10 pp para 1,4%, que deve liberar aproximadamente US\$ 140 bi em liquidez no longo prazo, aproveitando para anunciar que deve fazer um corte de mesma magnitude na taxa de referência (LPR).

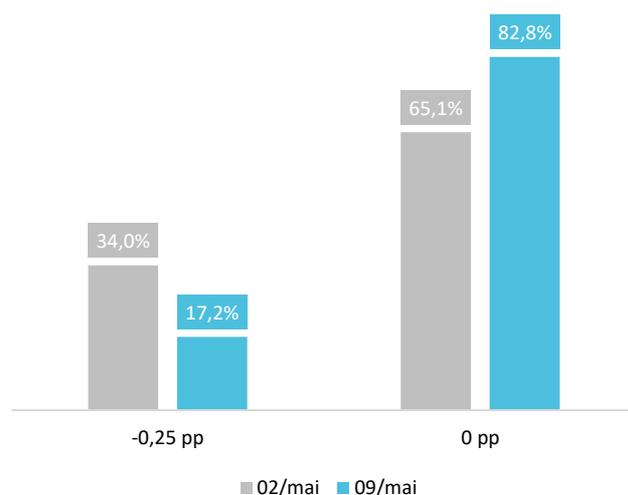
Por fim, na Zona do Euro, a leitura final do PMI de serviços foi revisada para cima, mas ainda assim, apontou para uma estagnação no setor (50,1 pts) no mês de abril, com deterioração da confiança do empresariado, diante da turbulência externa.

Quadro 11: Fed Funds e Treasuries de 2 e 10 anos  
Em % aa



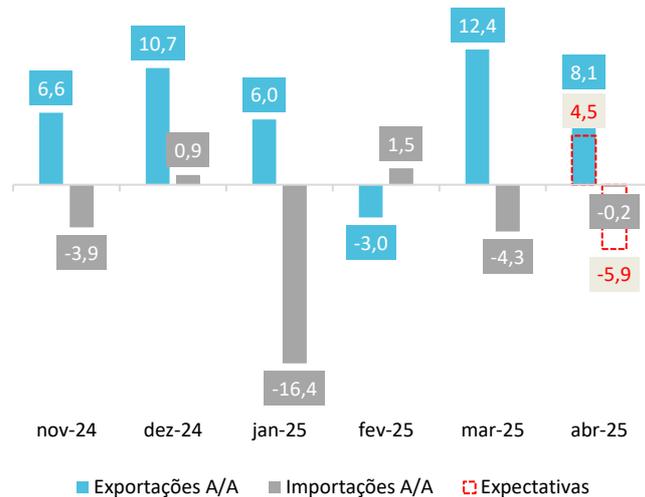
Fonte: Bloomberg.

Quadro 12: Evolução da probabilidade de redução dos juros pelo Fed na reunião de junho



Fonte: Bloomberg.

Quadro 13: China – Exportações e Importações  
Var. % ante o mesmo período do ano anterior



Fonte: Bloomberg.

## Resultado Corporativo 1º Tri/25 Bradesco

## CRÉDITO / BANCOS

O Bradesco registrou um lucro líquido gerencial de R\$ 5,9 bilhões no 1º trimestre, o que corresponde a altas de 8,6% no trimestre e de 39,3% ante o mesmo período de 2024. O resultado veio acima do esperado (R\$ 5,4 bi) e fez com que a rentabilidade (ROE) anualizada atingisse 14,4%, subindo 1,7 pp no tri, maior patamar desde o início da recuperação recente do banco, após atingir a mínima de 3,9% no 4T22.

A forte alta do lucro na comparação anual (+39,3%) refletiu, especialmente, a expansão da margem financeira com clientes (+15,5%), que contou com maior *spread* e volume de crédito, além da melhora na estratégia de captação, segundo a IF. Outros impulsos positivos vieram da receita de seguros, previdência e capitalização (+32,7%), que contou com maiores prêmios e menores sinistros retidos, além do avanço da receita de serviços (+10,2%), liderada pelas rendas do cartão de crédito (+16,1%), com maior volume transacionado.

Do lado das despesas, apesar da expansão da carteira de crédito e dos efeitos da Resolução CMN 4.966/21, a PDD ficou controlada na comparação trimestral (+2,4%) e anual (-2,2%). A relativa estabilidade refletiu o controle da inadimplência e melhor qualidade de originação, conforme divulgado. As despesas operacionais subiram 12,3%, com impacto do aumento da participação na Cielo e aquisição de 50% do Banco John Deere. Sem tais efeitos, a alta teria sido de 8,8%. Destaque para a expansão das despesas de pessoal (+10,7%) puxada pelo aumento da participação nos lucros. Com o resultado, o índice de eficiência (quanto menor, melhor) caiu 3,5 pp no trimestre, atingindo 49,7%, voltando a ficar abaixo de 50%, algo que não acontecia desde 2023.

A carteira de crédito ampliada do banco subiu 12,9% ante o 1T24, atingindo R\$ 1,005 trilhão, ultrapassando pela 1ª vez o patamar de R\$ 1,0 tri. A alta foi disseminada entre os segmentos, mas puxada pelo crédito destinado às famílias (+16,2%), com destaque para as linhas de crédito imobiliário (+17,9%) e pessoal não consignado (+15,8%), dentre as mais relevantes. Crédito rural (+105,2%) também teve alta expressiva, inclusive por conta da aquisição da carteira do banco John Deere (R\$ 17,3 bi), mas ainda representa apenas 8,5% da carteira PF. Enquanto isso, a carteira PJ foi impulsionada pelas MPMEs (+29,6%), com alta relevante em operações de Repasse do BNDES/Finame (+34,3%), enquanto a carteira destinada às grandes empresas ficou praticamente estável (+1,2%).

Em relação à qualidade do crédito, a taxa de inadimplência (acima de 90 dias) atingiu 4,1% da carteira total no 1T25 subindo 0,1 pp no tri e recuando de forma expressiva no ano (-0,9 pp). No trimestre, o leve aumento foi causado pelas grandes empresas (+0,3 pp). Por outro lado, houve melhora na carteira de MPMEs (-0,1 pp) e estabilidade em PF. Na esteira da adoção dos novos critérios de perda esperada, o Bradesco divulgou um exercício com a composição de sua carteira de crédito por estágio nos últimos 12 meses. O ponto positivo do exercício é a queda de 1,9 pp de participação do estágio 3 (indicativos de que a obrigação não será honrada) na carteira de crédito, atingindo 8,0% no 1T25.

**Quadro 14: Resultado 1T25 – Bradesco**

Banco Bradesco - R\$ Mi	1T24	4T24	1T25	Var. %	
				Tri	Anual
<b>ITENS PATRIMONIAIS</b>					
Ativo Total	2.000.076	2.127.922	<b>2.114.665</b>	-0,6%	5,7%
TVM	803.665	839.191	<b>877.944</b>	4,6%	9,2%
Depósitos	608.644	647.309	<b>625.911</b>	-3,3%	2,8%
Patrimônio Líquido	162.311	162.661	<b>168.509</b>	3,6%	3,8%
<b>DRE<sup>1</sup></b>					
Margem Financeira	15.152	16.995	<b>17.233</b>	1,4%	13,7%
Margem com Clientes	14.522	16.153	<b>16.771</b>	3,8%	15,5%
Margem com Mercado	630	842	<b>462</b>	-45,1%	-26,7%
Provisão p/ créditos de liquid. duvidosa	-7.811	-7.460	<b>-7.642</b>	2,4%	-2,2%
Receitas de prestação de serviços	8.861	10.262	<b>9.769</b>	-4,8%	10,2%
Resultado das Operações de Seguros, Previdência e Capitalização	3.997	5.531	<b>5.303</b>	-4,1%	32,7%
Despesas de pessoal	-6.059	-6.773	<b>-6.705</b>	-1,0%	10,7%
Despesas administrativas	-5.483	-6.315	<b>-5.265</b>	-16,6%	-4,0%
IR/CSLL	-675	-1.490	<b>-1.622</b>	8,9%	140,3%
Lucro/Prejuízo do período <sup>2</sup>	4.211	5.402	<b>5.864</b>	8,6%	39,3%
<b>RENTABILIDADE E PRODUTIVIDADE<sup>1</sup></b>					
ROAE	10,2%	12,7%	<b>14,4%</b>	1,7 pp	4,2 pp
ROAA	0,8%	0,9%	<b>1,1%</b>	0,2 pp	0,3 pp
Índice de eficiência	49,7%	52,2%	<b>51,8%</b>	-0,4 pp	2,2 pp
<b>CRÉDITO</b>					
Carteira de crédito ampliada <sup>3</sup>	889.918	981.692	<b>1.005.122</b>	2,4%	12,9%
PF	372.556	414.080	<b>432.851</b>	4,5%	16,2%
PJ	517.362	567.612	<b>572.272</b>	0,8%	10,6%
Estoque de PDD p/ operações de crédito	48.417	46.234	<b>57.787</b>	25,0%	19,4%
Despesa PDD/Carteira de crédito	0,9%	0,8%	<b>0,8%</b>	0,0 pp	-0,1 pp
Saldo de PDD/Carteira de crédito	5,4%	4,7%	<b>5,7%</b>	1,0 pp	0,3 pp
Taxa de inadimplência (> 90 dias)	5,0%	4,0%	<b>4,1%</b>	0,1 pp	-0,9 pp
Índice de Basileia	15,4%	14,8%	<b>15,4%</b>	0,6 pp	0,0 pp
Provisão Expandida / Exposição > 90 dias	165,3%	187,9%	<b>183,1%</b>	-4,8 pp	17,8 pp

Fonte: Bradesco RI. Elaboração: FEBRABAN. <sup>1</sup>Anualizado <sup>2</sup>Lucro Líquido Ajustado Gerencial <sup>3</sup> Inclui outras operações com risco de crédito: debêntures, FDC, CRI, notas promissórias, ativos relacionados a atividades de aquisição e avais e fianças.

## Resultado Corporativo 1º Tri/25 Itaú Unibanco

## CRÉDITO / BANCOS

O Itaú Unibanco registrou lucro líquido gerencial de R\$ 11,1 bilhões no 1º trimestre de 2025, equivalente a uma alta de 2,2% no trimestre e de 13,9% na comparação com o 1T24, pouco acima do esperado (R\$ 11,0 bi). Com isso, a rentabilidade patrimonial (ROE) do banco atingiu 22,5%, maior nível desde 2019 (23,7% no 4T19), com altas de 0,4 pp e 0,6 pp ante o 4T24 e 1T24, nesta ordem.

No comparativo com o mesmo período do ano anterior, a alta do lucro foi liderada pela expansão da margem financeira (+12,8%), em função do bom desempenho da margem com clientes (+13,9%), que, por sua vez, contou com maior volume de crédito e maior margem com o capital de giro próprio. Também houve expansão das receitas de serviços (+3,5%), mas principalmente com seguros, previdência e capitalização (+16,0%), com forte expansão dos ganhos com consórcio (+40,2%). Assim, as receitas totais (produto bancário) do banco cresceram 10,4% no período.

Do lado das despesas, o custo do crédito permaneceu controlado, com modesta alta de 2,1% na comparação com o 1T24. Segundo o banco, as provisões já eram contabilizadas no conceito de perda esperada, levando a poucas mudanças após a Resolução CMN 4.966/21. Neste sentido, a despesa de perda esperada subiu 2,5%, em meio à inadimplência controlada, enquanto a receita com recuperação de crédito já baixado a prejuízo subiu (+12,9%), ajudando a controlar o custo do crédito. As despesas não decorrentes de juros subiram 9,8% em um ano, puxadas por maiores despesas com tecnologia (+21,4%), enquanto as despesas de pessoal permaneceram controladas (+3,3%). Com isso, o índice de eficiência atingiu 38,1%, menor nível da série.

A carteira de crédito ampliada do Itaú cresceu 13,2% em 12 meses. Excluindo o efeito cambial sobre a carteira da América Latina e de grandes empresas, a alta foi de 9,4%. A expansão foi puxada pelo crédito destinado às empresas (+14,8%), com alta de dois dígitos tanto na carteira de MPMes (+17,7%), como de grandes empresas (+13,0%). No caso da carteira PF (+8,6%), o crescimento foi liderado pelo crédito imobiliário (+16,7%) e para aquisição de veículos (+9,0%). Por outro lado, a carteira do consignado ficou relativamente estagnada (+0,8%), dado que a oferta do produto é impactada pelo teto de juros no segmento do INSS.

A inadimplência total (acima de 90 dias) do banco caiu 0,1 pp trimestre, atingindo 2,3% no fim do 1T25, menor valor desde o 1T21. No trimestre, houve queda do indicador na carteira PF (-0,2 pp, para 3,6%), que ficou no menor patamar da história do banco; e, entre as MPMes (-0,1 pp), que chegou a 1,8%.

Por fim, o banco passou a divulgar a classificação da carteira de crédito com base nos 3 estágios considerados na Resolução 4.966. Em termos de percentual do saldo de crédito, o banco possuía 91,3% da sua carteira classificada no estágio 1 no 1T25. Por outro lado, os estágios 2 e 3 representam 4,3% e 4,4%, respectivamente. Além disso, o banco informou que o valor provisionado para os créditos em estágio 3 é de 56,1% do saldo desta carteira, com alta de 1,1 pp no trimestre.

Quadro 15: Resultado 1T25 – Itaú Unibanco

Itaú Unibanco - R\$ Mi	1T24	4T24	1T25	Var. %	
				Tri	Anual
<b>ITENS PATRIMONIAIS</b>					
Ativo Total	2.788.916	3.048.537	<b>2.820.926</b>	-7,5%	1,1%
TVM	1.025.450	1.114.941	<b>1.151.985</b>	3,3%	12,3%
Depósitos	965.331	1.054.741	<b>1.019.413</b>	-3,3%	5,6%
Patrimônio Líquido	183.441	210.457	<b>202.623</b>	-3,7%	10,5%
<b>DRE</b>					
Margem Financeira Gerencial	26.880	29.388	<b>30.322</b>	3,2%	12,8%
Margem com Clientes	25.821	28.484	<b>29.399</b>	3,2%	13,9%
Margem com o Mercado	1.059	904	<b>923</b>	2,2%	-12,8%
Despesa de Perda Esperada	-9.259	-9.562	<b>-9.494</b>	-0,7%	2,5%
Receitas de prestação de serviços	10.852	11.697	<b>11.232</b>	-4,0%	3,5%
Operações com Seg., Prev. e Cap.	2.230	2.599	<b>2.588</b>	-0,4%	16,0%
Despesas não Decorrentes de Juros	-14.386	-16.707	<b>-15.796</b>	-5,5%	9,8%
IR/CSLL	-4.327	-4.475	<b>-5.259</b>	17,5%	21,5%
Lucro/Prejuízo do período <sup>1</sup>	9.771	10.884	<b>11.128</b>	2,2%	13,9%
<b>RENTABILIDADE E PRODUTIVIDADE<sup>2</sup></b>					
ROAE	21,9%	22,1%	<b>22,5%</b>	0,4 pp	0,6 pp
ROAA	1,4%	1,4%	<b>1,5%</b>	0,1 pp	0,1 pp
Índice de eficiência	38,3%	40,7%	<b>38,1%</b>	-2,6 pp	-0,2 pp
<b>CRÉDITO</b>					
Carteira de crédito ampliada <sup>3</sup>	1.222.333	1.406.357	<b>1.383.097</b>	-1,7%	13,2%
PF	413.434	444.764	<b>448.810</b>	0,9%	8,6%
PJ	608.402	712.040	<b>698.490</b>	-1,9%	14,8%
Estoque de PDD p/ operações de crédito	-50.966	-47.420	<b>-53.514</b>	12,9%	5,0%
Despesa PDD/Carteira de crédito	0,8%	0,7%	<b>0,7%</b>	0,0 pp	-0,1 pp
Saldo de PDD/Carteira de crédito	4,2%	3,4%	<b>3,9%</b>	0,5 pp	-0,3 pp
Taxa de inadimplência (> 90 dias)	2,7%	2,4%	<b>2,3%</b>	0,1 pp	-0,4 pp
Índice de Basileia	16,4%	16,5%	<b>15,7%</b>	-0,8 pp	-0,7 pp
Provisão Estágio 3 / Carteira Estágio 3	-	55,0%	<b>56,1%</b>	1,1 pp	-

Fonte: Itaú RI. Elaboração: FEBRABAN. <sup>1</sup> Lucro Líquido Ajustado Gerencial <sup>2</sup> Anualizado <sup>3</sup> Inclui outras operações com risco de crédito (debêntures, CRI, *commercial papers*, etc.) e unidades da América Latina.

**Relatório de Estabilidade Financeira (REF)  
2º semestre de 2024**

**CRÉDITO / BANCOS**

O Banco Central do Brasil divulgou recentemente o [Relatório de Estabilidade Financeira \(REF\) referente ao 2º semestre de 2024](#), que traz uma análise de diversos temas relacionados ao Sistema Financeiro Nacional. Nesta semana exploraremos dois tópicos: i) atualização do estudo da decomposição do custo do crédito e do spread, que mostrou redução dos indicadores em 2024, refletindo, em especial, a queda da inadimplência; ii) concentração e competição do sistema, que seguiu apontando redução dos níveis de concentração e aumento da competição no SFN, com o mercado de crédito sendo classificado como desconcentrado pelo Banco Central.

**Decomposição do custo de crédito e do spread**

A decomposição do custo do crédito no Brasil é realizada com base no Indicador de Custo de Crédito (ICC). Diferentemente da medida de taxas de juros cobradas nas novas concessões, o ICC calcula a taxa média de juros de todo o estoque de crédito bancário em aberto na economia, independentemente da data de contratação do crédito. Assim, o ICC incorpora tanto as informações dos contratos recém firmados quanto de contratos antigos ainda vigentes.

O BCB faz a decomposição do custo do crédito em 5 componentes: 1) Custo de captação; 2) Inadimplência; 3) Despesas administrativas; 4) Tributos e FGC; e 5) Margem financeira. O Quadro 16 mostra o resultado da decomposição para cada um dos itens para os anos de 2022 a 2024, além da média do período, enquanto o Quadro 17 traz a participação relativa de cada item no custo total do crédito na média do mesmo período (2022 a 2024).

Em 2024, o ICC médio ficou em 19,89% aa, reduzindo ante o observado em 2023 (20,13% aa). Na média dos três anos, o ICC ficou em 19,57% aa. Segundo o BCB, a redução do indicador em 2024 refletiu o menor do custo da inadimplência, que mais do que compensou a elevação da contribuição dos tributos e da margem financeira.

O custo de captação seguiu como o item de maior peso, representando, em média, 37,2% do ICC. Em 2024, o item ficou praticamente estável, passando de 7,55 pp em 2023 para 7,54 pp, apesar da queda da taxa Selic média, de 13,21% para 10,83%. A queda da Selic contribuiu para reduzir o custo de captação das operações com recursos livres. Porém, o aumento da inflação e da taxa real de juros de 5 anos (componentes da TLP) elevaram o custo das operações direcionadas, mantendo a média do sistema relativamente estável.

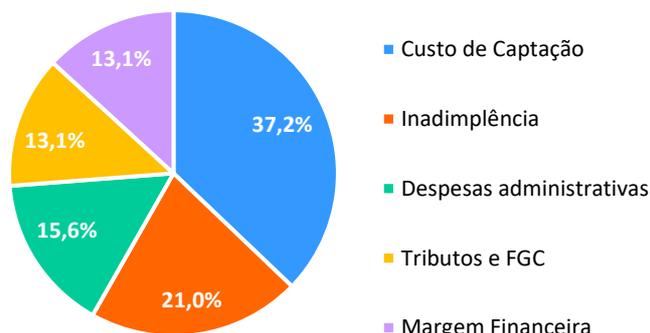
A inadimplência segue como o 2º item de maior peso no ICC, representando 21,0% do custo do crédito na média dos últimos 3 anos (4,12 pp de 19,57%). Em 2024, a contribuição da inadimplência diminuiu, refletindo a queda na taxa de inadimplência média, influenciada pelo bom dinamismo da atividade econômica e do mercado de trabalho. As despesas administrativas também mostraram redução, reduzindo 0,04 pp do ICC em 2024, de 3,05 pp para 3,01 pp, em um contínuo esforço de aumento da eficiência das IFs, com destaque para a digitalização de serviços. Com isso, a participação percentual sobre o ICC ficou em 15,6% na média dos últimos 3 anos, mantendo-se como o 3º componente de maior peso no custo do crédito.

**Quadro 16: Decomposição do ICC  
2022 a 2024 e média do período – Em pp**

Discriminação	2022	2023	2024	Média
1 - Custo de captação	6,76	7,55	7,54	7,28
2 - Inadimplência	3,68	4,52	4,15	4,12
3 - Despesas Administrativas	3,07	3,05	3,01	3,04
4 - Tributos e FGC	2,57	2,49	2,62	2,56
5 - Margem financeira	2,61	2,52	2,57	2,57
ICC médio	18,69	20,13	19,89	19,57

Fonte: REB 2024

**Quadro 17: Decomposição do ICC  
Média de 2022 a 2024 – Em %**



Fonte: REB 2024

Na outra ponta, a contribuição do componente Tributos e FGC aumentou de 2,49 pp em 2023 para 2,62 pp em 2024, refletindo o aumento da contribuição do IOF, IR e CSLL. Com isso, a proporção do componente subiu para 13,17% em 2024 (13,10% na média 2022-2024), ultrapassando a participação da margem financeira no ICC. Ou seja, em média, os tributos tem maior peso do que a margem financeira no custo do crédito no Brasil. Com isso, a margem financeira aparece como o item de menor participação, equivalente a 12,92% do ICC em 2024 (ou 13,13% na média do período).

A decomposição também é feita separando as modalidades de crédito entre o segmento livre e direcionado (Quadro 18). Neste caso, percebe-se que o ICC médio do crédito direcionado (8,88 pp na média de 2022 a 2024) é bem menor do que o custo do crédito nas operações com recursos livres (26,99 pp na média de 2022 a 2024), reflexo das limitações das taxas de juros impostas por regulamentação. Vale notar que a margem financeira das operações direcionadas é próxima de zero (0,61 pp), indicando a existência de um subsídio cruzado. No caso, as operações com recursos livres acabam por absorver os custos da carteira como um todo, o que contribui para o encarecimento dessas linhas de crédito. O BCB também apontou uma redução na diferença entre os ICCs das duas modalidades, refletindo o aumento do custo de captação do crédito direcionado e discreta redução do custo de captação no crédito livre.

**Quadro 18: Decomposição do ICC por modalidade Média de 2022 a 2024 – Em %**

Discriminação	Livre				Direcionado			
	2022	2023	2024	Média	2022	2023	2024	Média
1 - Custo de captação	8,11	9,12	8,94	8,72	4,73	5,28	5,59	5,20
2 - Inadimplência	5,32	6,69	6,26	6,09	1,59	1,91	1,82	1,77
3 - Despesas Administrativas	4,44	4,48	4,47	4,46	0,95	0,92	0,91	0,93
4 - Tributos e FGC	3,94	3,87	4,04	3,95	0,37	0,33	0,40	0,37
5 - Margem financeira	3,82	3,70	3,78	3,77	0,63	0,58	0,62	0,61
<b>ICC médio</b>	<b>25,63</b>	<b>27,86</b>	<b>27,49</b>	<b>26,99</b>	<b>8,27</b>	<b>9,02</b>	<b>9,34</b>	<b>8,88</b>

Fonte: REB 2024

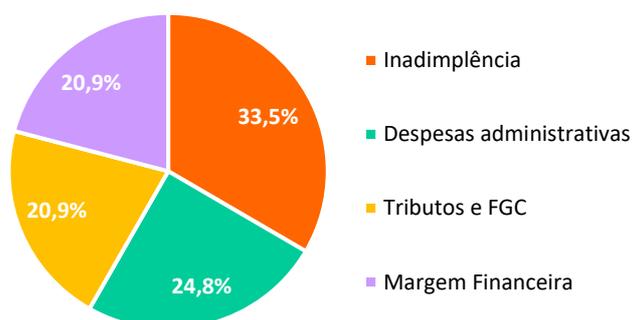
O relatório também analisa a decomposição do spread do ICC, que é a diferença entre o ICC e o custo de captação das IFs. O objetivo é identificar os determinantes estruturais do custo do crédito, que não estejam ligados às condições de mercado e da política monetária. Neste caso, a inadimplência segue como a principal influência (na média do período), representando 33,5% do spread do ICC, seguida pelas despesas administrativas (24,8%). Na sequência, os tributos representam 20,9% do spread, e, por último, a margem financeira das IFs, também com 20,9%. Ou seja, cerca de 80% do spread bancário corresponde aos custos de intermediação financeira, principalmente inadimplência, enquanto o lucro (margem) das IFs equivale a apenas 20% do spread, fato que reforça a posição da Febraban, que para ter juros mais baixos no país, é necessário ter uma melhora no ambiente do crédito, com reforço da efetividade das garantias, redução dos tributos sobre a intermediação financeira, redução dos compulsórios, entre outros fatores.

**Quadro 19: Decomposição do Spread do ICC 2022 a 2024 – Em proporção do spread**

Discriminação	2022	2023	2024	Média
1 - Inadimplência	30,82	35,93	33,60	33,45
2 - Despesas Administrativas	25,71	24,24	24,37	24,78
3 - Tributos e FGC	21,61	19,79	21,21	20,87
4 - Margem financeira	21,86	20,03	20,81	20,90
<b>Spread do ICC</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: REB 2024

**Quadro 20: Decomposição do Spread do ICC Média de 2022 a 2024 – Em %**



Fonte: REB 2024

## Concentração e Concorrência no SFN

Para monitorar os níveis de concentração do SFN, o BC seguiu utilizando o Índice Herfindahl-Hirschman Normalizado (IHHn) e a Razão de Concentração dos Quatro Maiores (RC4) nos agregados contábeis relativos aos ativos totais, depósitos totais e operações de crédito, permitindo um acompanhamento histórico dessas métricas.

O IHHn, indicador amplamente aplicado na literatura acadêmica e utilizado por autoridades nacionais e internacionais de defesa da concorrência, é obtido pela soma do quadrado da participação (na forma decimal) de cada instituição financeira no mercado, resultando em um número entre 0 e 1. Na visão do BC (baseada no Guia de Análise de Atos de Concentração, 2012), um número entre 0 e 0,10 corresponde a um mercado de baixa concentração; acima de 0,10 até 0,18, de moderada concentração; e acima de 0,18, de elevada concentração. Assim, quanto maior o IHHn, maior a concentração do setor. O RC4, por sua vez, mede o grau de concentração por meio da soma das participações das quatro maiores IFs em um dado mercado. Um RC4 hipotético de 60, por exemplo, significa que as quatro maiores instituições representam 60% do mercado. Portanto, de forma similar, quanto maior o RC4, maior a concentração do setor.

O Quadro 21 traz uma síntese dos indicadores divulgados neste ano, que mostra que o nível de concentração do SFN seguiu em tendência de queda em 2024. O IHHn mostrou redução em todos os agregados contábeis considerados (ativos totais, depósitos totais e operações de crédito), com as classificações mantendo-se no menor nível (abaixo de 0,10), indicando mercados de baixa concentração (desconcentrado). Na mesma linha, o RC4 também apresentou redução ou estabilidade em todos os agregados contábeis, mantendo a composição de instituições líderes. Analisando especificamente o mercado de crédito, o índice IHH ficou em 0,0986 em 2024, abaixo do nível de 2023 (0,0990) e pelo segundo ano abaixo da marca de 0,10, indicando novamente um mercado desconcentrado. Já as 4 maiores IFs tiveram participação de 57,9% no mercado, relativamente estável ante 2023 (57,8%), mas abaixo da participação de 2022 (58,6%).

A redução da concentração no SFN em 2024 foi novamente impactada pelo aumento da participação das cooperativas (b3) e das instituições não bancárias (n1+n2), enquanto as instituições do segmento bancário (b1+b2) perderam participação no mercado. Segundo o BC, esse movimento está associado à atuação das instituições não bancárias (ou instituições de pagamento - IPs) no mercado de cartão de crédito e de crédito pessoal não consignado, ao passo que as cooperativas de crédito se destacaram por sua atuação nos mercados de cheque especial e de capital de giro.

**Quadro 21: Síntese dos indicadores de concentração do SFN**

	Ativos totais			Depósitos totais			Operações de crédito		
	2022	2023	2024	2022	2023	2024	2022	2023	2024
Participação por segmento (%)									
b1+b2	87,8	87,6	86,6	91,2	90,7	89,0	86,2	85,9	85,0
b3	5,1	5,5	5,9	6,4	6,6	7,5	6,3	6,8	7,2
b4	4,9	4,5	4,7	0,1	0,1	0,3	5,7	5,3	5,2
n1+n2	2,0	2,2	2,4	2,2	2,5	3,0	1,7	2,0	2,6
n4	0,2	0,2	0,3	0,1	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0
Participação por tipo de controle (%)									
Público	37,2	37,4	37,4	31,7	32,6	33,3	43,5	44,1	44,0
Privado	62,8	62,6	62,6	68,3	67,4	66,7	56,5	55,9	56,0
Indicadores de Concentração									
IHHn	0,0896	0,0881	0,0870	0,0966	0,0944	0,0919	0,1003	0,0990	0,0986
RC4 (%)	56,0	55,3	54,7	58,4	57,9	57,1	58,6	57,8	57,9

Fonte: REB 2024. Legenda: b1 = bancos comerciais, múltiplos com carteira comercial e caixas econômicas; b2 = bancos múltiplos sem carteira comercial, bancos de investimento e bancos de câmbio; b3 = cooperativas de crédito; b4 = bancos de desenvolvimento; n1 = instituições não bancárias atuantes no mercado de crédito; n2 = instituições não bancárias atuantes no mercado de capitais; n4 = instituições de pagamento.

**Quadro 22: Decomposição do ICC por modalidade Média de 2022 a 2024 – Em %**

	RC4 (%)			Var. pp (2024 - 2022)	Var. pp (2024 - 2023)	Nível de Concentração
	2022	2023	2024			
Financiamentos rurais e agro (PF + PJ)*	65,6	64,0	64,2	-1,4	0,2	Elevado
Financiamentos habitacionais (PF + PJ)*	92,6	92,6	92,6	0,0	0,0	Elevado
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento (PJ)*	93,2	93,7	92,2	-1,0	-1,5	Elevado
Operações com recebíveis (PJ)	63,0	55,9	54,6	-8,4	-1,3	Baixo
Capital de giro (PJ)	57,4	57,0	51,7	-5,7	-5,3	Baixo
Crédito pessoal com consignação em folha (PF)	64,6	63,6	62,7	-1,9	-0,9	Moderado
Crédito pessoal sem consignação em folha (PF)	47,5	46,6	49,2	1,7	2,6	Baixo
Financiamento de veículos (PF)	61,5	58,3	56,5	-5,0	-1,8	Moderado
Cartão de crédito (PF + PJ)	62,4	59,5	57,4	-5,0	-2,1	Moderado
Cheque especial (PF + PJ)	71,1	68,0	68,0	-3,1	0,0	Moderado

Fonte: REB 2024. \* Consideram-se, ao contrário dos demais mercados relevantes, além dos recursos livres, os recursos direcionados.

Além do grau de concentração geral do mercado, o BC também calcula a concentração das principais linhas de crédito. O Quadro 22 mostra o RC4 para os anos de 2022 a 2024, a variação no período e a classificação do nível de concentração por modalidade.

Os números mostram queda ou estabilidade, em relação ao ano anterior, nos níveis de concentração nas principais modalidades de crédito, mantendo a tendência observada nos últimos anos. Destaca-se a nova redução do nível de concentração das operações com recebíveis (PJ), com recuo de 1,3 pp no ano e queda acumulada de 8,4 pp no período, passando a figurar como uma linha de baixa concentração. Outro destaque foi o forte recuo da concentração da linha de capital de giro (PJ), principal modalidade do crédito às empresas, que recuou 5,3 pp no ano, mantendo-se como uma linha de baixa concentração. Também houve redução em linhas mais caras, como cartão de crédito (PF+PJ) e estabilidade no cheque especial (PF+PJ). Nas modalidades mais baratas, que possuem garantia, como crédito pessoal com consignação em folha (PF) e financiamento de veículos (PF), também houve recuo, mantendo-se como modalidades de moderada concentração. Nas linhas mais concentradas, os financiamentos habitacionais (PF+PJ) e rurais (PF+PJ) ficaram praticamente estáveis, enquanto os financiamentos de infraestrutura mostram recuo, todos mantendo o grau de concentração elevado. A única a mostrar avanço relevante foi a de crédito pessoal sem consignação em folha (PF), mas mantendo sua classificação de baixa concentração, dado que as 4 principais IFs no produto possuem menos de 50% de participação no mercado (49,2%).

Um ponto importante destacado pelo BC é que, entre os mercados de alta concentração, predominam as operações de crédito direcionado e a forte presença de instituições públicas. Já entre os mercados com moderada e baixa concentração, caracterizados pela presença de recursos livres, predomina a participação de bancos privados.

Portanto, o relatório mostrou que a tendência de redução dos níveis de concentração do SFN prosseguiu em 2024, com o mercado de crédito mantendo sua classificação de baixa concentração ( $IHH < 0,1$ ). Quando se analisa a concentração entre as diferentes linhas de crédito, observa-se alguma heterogeneidade, sendo que as modalidades mais concentradas (imobiliário, rural e infraestrutura) são as que possuem forte presença do crédito direcionado e do setor público. Por outro lado, as linhas com maior presença dos bancos privados (e com recursos livres) são caracterizadas como de baixo ou moderado grau de concentração.

Essa constatação está em consonância com os resultados da decomposição do spread bancário, segundo a qual cerca de 80% do custo do crédito no Brasil decorre de fatores relacionados à intermediação financeira, e apenas 20% correspondem à margem financeira das instituições, refletindo a atuação em um ambiente de concorrência efetiva no país.



## MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2025				2026			
	09/05/25	02/05/25	11/04/25	Viés	09/05/25	02/05/25	11/04/25	Viés
IPCA (%)	5,51	5,53	5,65	▼	4,50	4,51	4,50	▼
PIB (% de crescimento)	2,00	2,00	1,98	↔	1,70	1,70	1,61	↔
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	14,75	14,75	15,00	↔	12,50	12,50	12,50	↔
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,85	5,86	5,90	▼	5,90	5,91	5,97	▼

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicadores do Mercado	09/05/25	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
<b>NACIONAL</b>					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,65	-0,05%	-0,34%	-8,47%	9,97%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	178,34	-2,06%	-1,05%	-17,05%	28,05%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	14,66	1,11%	1,34%	19,03%	41,09%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	14,61	0,59%	1,00%	-5,19%	41,83%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	13,45	-2,16%	-1,92%	-13,74%	17,14%
Índice Ibovespa (em pontos)	136.511,88	1,02%	1,07%	13,49%	6,49%
IFNC (setor financeiro)	15.853,68	5,71%	4,71%	34,02%	26,41%
<b>INTERNACIONAL</b>					
Fed Funds (% a.a.)	4,50	0,00%	0,00%	0,00%	-18,18%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	3,89	1,75%	8,00%	-8,27%	-19,20%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	4,38	1,63%	5,20%	-3,40%	-1,68%
Dollar Index	100,42	0,39%	0,96%	-7,13%	-4,56%
Índice S&P 500 (em pontos)	5.659,91	-0,47%	1,63%	-4,18%	8,55%
Índice de ações de bancos – EUA	112,02	0,25%	4,13%	-6,73%	10,08%
Índice Euro Stoxx 50	5.309,74	0,46%	2,90%	9,05%	5,05%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	195,05	3,07%	5,52%	34,19%	34,42%
Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$)	64,00	4,42%	1,39%	-13,97%	-23,70%

Fonte: Bloomberg.

**Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos**  
[economia@febraban.org.br](mailto:economia@febraban.org.br)

Rubens Sardenberg  
 Jayme Alves  
 Luiz Fernando Castelli  
 Daniel Casula  
 João Vítor Siqueira